



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639999 - SC (2021/0012476-2)

RELATOR : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
THIAGO BURLANI NEVES - SC036518
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : MICHEL DOUGLAS PAIVA SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MICHAEL DOUGLAS PAIVA SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Agravado de Execução Penal n. 5030624-79.2020.8.24.0008/SC).

O paciente insurge-se contra decisão que deferiu a remição de 88 dias de pena pela aprovação integral no ENCCEJA – ensino fundamental.

Alega o impetrante que a remissão dever ser feita no total de 177 dias de remição de pena, considerando 1600 horas em detrimento das 800 aplicadas pelo juiz da execução, em observância ao disposto na Recomendação n. 44/13-CNJ.

Requer, liminarmente e no mérito, que se reconheça a remição de 177 dias da pena do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência